



PELAS ÁGUAS DO PARNAÍBA: SAÚDE E DOENÇA NO COTIDIANO DAS POPULAÇÕES BEIRADEIRAS EM TERESINA-PI (1852-1930)

Danielle Filgueiras Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Bolsista CAPES.
E-mail: daniellefilgueiras@outlook.com.

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UESPI) e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI).
E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br

INTRODUÇÃO

O rio Parnaíba foi um dos cursos d'água que mais se destacou na história piauiense. Com seus 1.485km de extensão, que fazem divisa entre o Piauí e o Maranhão, o curso fluvial chamava a atenção dos governantes políticos desde 1793, quando foi identificada o que se considera a primeira menção da possibilidade de estabelecimento de transporte fluvial, tendo sido proferida pelo governador da Província do Grão-Pará. (GANDARA, 2010). Anos depois, já no século XIX, as margens parnaibanas foram consideradas o local mais aprazível e propício para viabilizar o desenvolvimento da Província. (CHAVES, 1998).

A busca pela fluidez, sobretudo econômica, fez com que uma parcela da elite empreendesse planos de mudar a capital, então Oeiras, para o litoral ou para as ribanceiras de um grande rio, sendo o Parnaíba o escolhido. Sabe-se, contudo, que as motivações estavam relacionadas às divergências políticas entre grupos integrantes das elites piauienses. (SANTOS; MARINHO, 2021). Em detrimento disso, foi nesse momento que o rio Parnaíba apontou como uma solução para os impasses piauienses, o que reforçou ainda mais o imaginário que girava em torno dele.

Com a fundação de Teresina, a segunda capital piauiense, em 1852, seguida da criação da Companhia de Navegação a Vapor, em 1858, o rio Parnaíba tornou-se o centro da economia da Província e permaneceu em posição de destaque até meados do século XX.



(BARBOSA, 1978). A capital ribeirinha do Piauí foi apresentada como símbolo do progresso e anunciadora de um novo tempo. Teresina, que já surgia como símbolo do desenvolvimento piauiense, anunciava o desapego com as raízes campestres, haja vista que era a cidade que supostamente proporcionaria a efervescência modernizadora para o Piauí.

Sob o pretexto de amenizar as inconveniências da insalubridade¹ das áreas centrais da capital, que deveria ser um local destinado apenas para as elites e para os visitantes estrangeiros que chegavam por meio dos vapores, o governo empurrou os pobres desvalidos para zonas mais afastadas, fazendo com que a urbanização sobre as planícies do rio Parnaíba tivesse início ainda no século XIX. (ARAÚJO, 2010). Assim, as pessoas começam a viver à margem da cidade e nas margens do rio. E as ribanceiras que antes eram apenas lugares, zonas inabitáveis, passaram a ser espaços ou lugares praticados², como afirma Michel de Certeau (1994).

As dificuldades enfrentadas por essa parcela pobre da população eram diversas no decorrer da segunda metade do século XIX e primeira do XX. Com a quantidade de água presentes nesses locais, eles se tornam ambientes propícios ao desenvolvimento de vários animais e à proliferação de mosquitos, o que se constitui como mais um fator de risco para o estabelecimento de moradias. Quando o volume das águas do rio Parnaíba aumentava as margens eram tomadas, causando inundações e muitos prejuízos aos beiradeiros. Em contrapartida, nos períodos de estiagem, o nível do curso fluvial baixava, sobrando, muitas vezes, apenas pequenas poças de água, que se tornavam criadouros de mosquitos. Consequentemente, elevavam-se as ocorrências de surtos de febres, impaludismo, e outras doenças transmissíveis através da picada de mosquitos, podendo estas serem associadas diretamente à presença desses corpos hídricos. (SANTOS, 2021).

Toda essa conjuntura teresinense revela o que historiador da saúde procura ver em suas pesquisas, o que Dilene do Nascimento (2005, p. 29) classificou como dimensão social das doenças, haja vista que “[...] existe uma historicidade nas doenças ligadas a todos os acontecimentos humanos.” Assim, a autora considera que a doença não pode ser

¹ A salubridade pode ser entendida como o conjunto de requisitos fundamentais para a garantia da saúde pública. (HOCHMAN, 2012).

² Segundo Michel de Certeau (1994, p. 201), “[...] o lugar é a ordem [...] segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar”. Quando é utilizado, vivenciado, torna-se espaço, ou lugar praticado.



entendida somente como a interação entre o agente patológico, o ser humano e o meio ambiente, pois são também representações sociais, posto que são concebidas de maneiras distintas em diferentes locais e períodos históricos e na medida em que sobre elas são lançadas uma série de percepções, rotulações e julgamentos.

Diante disso, a proposta desse trabalho é analisar as condições de saúde e doença no cotidiano das populações beira-rio Parnaíba, em Teresina-PI, entre 1852 e 1930. Essa análise parte do pressuposto que a capital recém-construída, embora planejada para ser moderna, não contava com serviços de abastecimento de água, nem com de saneamento básico, o que propiciava um ambiente favorável para a manifestação de doenças. Ademais, no período delimitado para esta análise, a situação da saúde no Piauí era bastante deficitária, haja vista que os serviços eram majoritariamente prestados por meio da filantropia e o setor de saúde só passou a ser responsabilidade do governo em 1930. (MARINHO, 2018).

Para o embasamento das discussões foram utilizadas obras de cunho teórico e historiográfico. Assim, destacaram-se as obras de Dilene do Nascimento (2005), Raquel Rolnik (1994), Caroline Faveri (2013), além de autores piauienses, como Alcides do Nascimento (2011), Joseanne Marinho (2017, 2018), Gercinair Gandara (2010), Ana Karoline Nery (2021), Marcus Pierre (2018), Maria Mafalda Araújo (2010), Andrea Andrade (2017), para auxiliar no entendimento e compreensão do contexto do Piauí, especialmente de Teresina.³ Dentre as fontes primárias utilizadas, constam sobretudo mensagens e relatórios de governo, bem como ofícios de autoridades provinciais e da Companhia de Navegação a Vapor, do período entre a segunda metade do século XIX e primeira do XX. Essas fontes estão disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Piauí Casa Anísio Brito e no site da Biblioteca Nacional Digital.

Na beira do rio e na beira da cidade: as condições de vida da população ribeirinha de Teresina

³ Vale ressaltar que também foram tomados como base as pesquisas realizadas durante a graduação para a elaboração de artigos publicados (SANTOS; MARINHO, 2021), além do relatório do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/UESPI realizado entre 2019 e 2020 (SANTOS; MARINHO, 2020), e da pesquisa monográfica de conclusão de curso (SANTOS, 2021), todos realizados sob orientação da Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho.



A noção de modernização e desenvolvimento urbano que pairava sob os piauienses oitocentistas esteve frequentemente ligada à idealização de um lugar com águas abundantes. Assim como ocorreu em outras localidades, a história piauiense foi intensamente marcada pela presença de corpos hídricos. No século XVII, a aglomeração de fazendeiros nas áreas limítrofes ao rio Piauí deu origem à primeira capital do estado, chamada Oeiras, situada nas margens do Mocha, o riacho que a banhava. (SANTOS; MARINHO, 2021). Além desses dois cursos d'água, a região era permeada pelos rios Canindé, Piauí, Riachão, Itaim, Guaribas e Talhada. Todavia, apenas o Mocha e o Talhada mantinham o volume de água durante o ano todo, os demais eram intermitentes.

Esses espaços fluidos eram essenciais para a condução e manutenção da vida na região central da Província. Era por meio deles que os moradores realizavam as tarefas cotidianas dependentes da água, como cozinhar, regar as plantas e ervas, suprir a necessidade dos animais, além da ingestão do líquido e da higienização pessoal e do ambiente. Sabe-se que, apesar disso, Oeiras foi estigmatizada⁴ por causa das condições ambientais da região em que se encontrava, haja vista que o centro-norte do território piauiense era designado como um local de seca e estiagem de rios.

Essa condição foi adotada como justificativa para a mudança da capital e serviu como apoio para a principal motivação da transferência, que se pautava em interesses políticos, haja vista que os pró-mudancistas alegavam que a situação geográfica de Oeiras ocasionava inúmeras complicações no que tange à comunicação com as demais províncias e com a Corte, e sob essa perspectiva os rios que circundavam Oeiras não possuíam tanto valor, pois nenhum deles apresentava condições favoráveis à navegação. (SANTOS; MARINHO, 2021).

A despeito disso, os rios eram cruciais para a vida nas regiões mais secas do estado. Mesmo que não fossem caudalosos ou perenes, era deles que grande parte da população dependia. Por isso, nos períodos de seca, costumava-se ocorrer uma série de movimentos migratórios e Teresina apontava com um dos destinos. E, em partes, isso ocorria em decorrência das vantagens advindas da presença do rio Parnaíba. (ARAÚJO, 2010).

⁴ O estigma, conforme Erving Goffman (1988), diz respeito às dificuldades de aceitação social que um indivíduo enfrenta quando apresenta alguma característica que o distingue dos demais.



Assim como ocorreu com Oeiras, a imagem do rio Parnaíba foi forjada para facilitar o alcance de pretensões políticas. O curso d'água foi o cerne das discussões que giraram em torno da edificação de uma nova capital e passou a ser considerado a solução para os problemas socioeconômicos da Província. Era costumeiramente apresentado como um elemento crucial para o progresso, a principal artéria piauiense, a fim de evidenciar sua importância. (SANTOS, 2021). Mesmo diante da existência da cidade de Parnaíba no litoral piauiense e da grande influência que esta exercia nas demais regiões da Província, e ainda de Regeneração, outra forte candidata na disputa pelo título de capital, foi erguida uma nova urbe às margens do rio Parnaíba. Batizada como Teresina, em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, sua inauguração se deu em 1852. (CALDAS, 1939).

A capital ribeirinha surgiu como anunciadora do pretense rompimento com o passado e com as raízes campestres do Piauí. Teresina era a cidade que supostamente proporcionaria a efervescência modernizadora para o Piauí porque sua fundação acarretaria no alcance de um dos principais anseios da Província em meados dos oitocentos, que era a implementação do transporte fluvial. Não apenas no Piauí, mas em todas as províncias brasileiras, a navegação a vapor apontava como um dos meios de locomoção mais modernos da época. Por isso, os piauienses acreditavam que “[...] do desenvolvimento da navegação do rio Parnayba [dependia] o futuro do Piauí.” (OFFICIOS, 1880, p. 3).

Pautando-se nesses ideais modernizadores, no planejamento da cidade de Teresina, as ruas formavam um padrão de linhas retas e devidamente organizadas, ao contrário do que se percebia nas cidades que surgiam de forma espontânea. O intuito era que a nova capital crescesse do Centro, demarcado pela Igreja de Nossa Senhora do Amparo, para as extremidades. (MOREIRA, 2016). Essa expansão supostamente ocorreria de forma ordeira e harmônica, para assim garantir que a cidade estivesse condizente com o que se via nas grandes urbes, como Rio de Janeiro e São Paulo. Logo, desde a idealização da cidade já havia a intenção por parte das elites e do governo em proporcionar mecanismos que atraíssem pessoas abastadas.

Quando a urbe se materializou, a pretensão em torná-la um modelo para o Piauí parecia mais tangível. Consta no relatório governamental de 1853 que estavam “[...] em bom andamento as obras da Matriz, Quartel de Polícia, Cadêa, e Cemitério” (PIAUHY,



1853, p. 13).⁵ Estavam, portanto, parcialmente garantidos os principais estabelecimentos de uma cidade dita moderna. O desejo de construir uma nova urbe tornava-se, aos poucos, uma realidade e o rio Parnaíba não estava imune a esse processo, visto que a navegação a vapor foi utilizada para reforçar o imaginário progressista que envolvia os piauienses, como revela o trecho do relatório de governo de 1859 que menciona a chegada do primeiro vapor piauiense:

À 19 de Abril ultimo sulcou as agoas do porto d'esta capital o Vapor – Urussuy – commandado pelo 1.º Tenente d'Armada Alvaro Augusto de Carvalho; a entrada deste poderoso agente de civilização e de progresso não podia ser indiferente aos habitantes desta capital que curiosamente o visitarão, examinado todos os seus commodos. (PIAUHY, 1859, p. 22).

A empolgação com a aquisição do primeiro transporte fluvial era notável, mas a bonança e prosperidade supostamente trazida por ele pareceu não ter chegado para toda a população. A maior parte dos moradores da capital era pertencente aos seguimentos mais pobres e alguns viviam sob o flagelo da miséria. Os que não possuíam moradias, dormiam em becos, tabernas, nas praças da cidade, debaixo de árvores, nas beiras do rio Parnaíba ou do Barroão. (ARAÚJO, 2010). E mesmo aqueles que residiam no Centro, considerado área nobre da cidade, se encontravam em um ambiente ruralizado, se deparando com animais nas ruas, além de lixo, mato, poeira, riachos e lama. (MARINHO, 2018).

Em suas primeiras décadas, Teresina era marcada pela presença de pessoas em situação de mendicância, possuía vários locais de prostituição e sofria com os índices de criminalidade. (NASCIMENTO, 2011). Diante disso, o espaço urbano de Teresina passou a ser regulamentado pelos Códigos de Postura, que designaram os padrões de moradia no Centro. Os teresinenses também foram submetidos às tentativas de disciplinação de trajés e

⁵ No ano seguinte, as informações sobre o andamento das construções foram atualizadas e detalhadas no relatório de governo escrito por Antonio Francisco Pereira de Carvalho, Presidente da Província. “As obras publicas em andamento são o Cemiterio, Cadêa, e Matriz da Capital, o primeiro estará concluido até o meado do corrente mez, tendo sido feito com toda a elegancia e solidez. A Cadêa, de que por empreitada se encarregou o Mestre das Obras publicas da construcção de uma das ametades, vai em bom andamento, e contém em si quatro prisões, duas para o lado do Norte e outras duas para o do Sul: as primeiras terão de ficar promptas por todo o corrente mez, e as segundas no mesmo tempo receberão o respectivo madeiramento. A obra do Matriz tem sido a mais trabalhosa, e ao mesmo tempo a de maior dispendio, como costumão ser as obras desta natureza. Acha-se muito adiantada tendo promptas a Capella-mor, as duas sacristias, as duas capellas lateraes, concluidas as paredes dos corredores, e em andamento as do Corpo da Igreja”. (PIAUHY, 1854, p. 13).



comportamentos em âmbito público, além dos locais que deveriam ser frequentados. Considerava-se correto, por exemplo, “[...] comprar carnes e demais gêneros alimentícios em um Mercado Público e não em bancas espalhadas pela cidade, que sujavam e traziam problemas de higiene e insalubridade para o espaço público”. (ANDRADE, 2017, p. 29).

A segregação espacial⁶ foi fazendo das beiras parnaibanas espaços de periferias, que certamente destoavam da estética que havia sido pensada e projetada para Teresina. A grande quantidade de lagos, lagoas, córregos e riachos presentes nas beiras do rio dificultava a edificação de prédios, mas ainda assim a ocupação desses lugares foi aos poucos sendo realizada. No decorrer da segunda metade do século XIX, esses locais repletos de superfícies líquidas foram gradualmente tomados por casas de palha. Geralmente, seus moradores eram homens e mulheres que compunham o que na época era conhecido como classes perigosas, ou seja, pessoas pobres, escravizados, migrantes, desertores, trabalhadores informais e entre outros que não se ajustavam aos padrões sociais estabelecidos. (CHALHOUB, 1996).

Propagava-se que os indivíduos nessas condições representavam um perigo e uma ameaça à ordem cidadina. Por isso, em Teresina, “[...] o olhar dos dirigentes municipais, dos intelectuais, dos cronistas e visitantes para as ‘casas de palha’ era o olhar de censura, de medo”, conforme aponta Francisco Alcides do Nascimento (2011, p. 2). E durante a primeira metade do século XX, esse cenário acentuou-se, posto que esse foi o momento em que os bairros periféricos nas ribanceiras do rio, como o Barrinha e o Palha de Arroz, foram ganhando forma. (SANTOS, 2021).

As palhoças, mocambos ou choupanas, denominações conferidas pelos médicos às residências da população pobre, preocupavam a escassa ala médica da cidade. Elas estavam alocadas em regiões negligenciadas pelo poder público, o que inviabilizava as medidas higiênicas e de proteção à saúde e por essa razão eram empecilhos para a garantia da salubridade cidadina. Muitas vezes, o cuidado exigido pelos médicos requeria o uso de recursos que essa parcela populacional não possuía. Por estar distante dos padrões estabelecidos, essas casas eram consideradas sujas e insalubres. E, na concepção médica da época, a situação das moradias populares também se encontrava diretamente vinculada à

⁶ A segregação é o “[...] movimento de separação das classes e das funções no espaço urbano”. (ROLNIK, 1994, p. 41)



problemática da salubridade e, por conseguinte, à incidência de doenças na capital ribeirinha. (MARINHO, 2018).

Moléstias na cidade: surtos endêmicos e epidêmicos nas comunidades ribeirinhas de Teresina

No século XIX, o rio Parnaíba foi tomado como local ideal para a construção de uma nova cidade-capital, mas isso não se deu mediante o desconhecimento dos riscos que a região oferecia. A intenção inicial de sediar a capital na confluência dos rios Parnaíba e Poti, no lugar onde se encontrava a Vila do Poti, não foi levada a cabo devido a incidência de doenças no vilarejo, embora o Presidente da Província, Antônio Saraiva, listasse a “[...] beleza do local [e] a salubridade” como pontos favoráveis ao estabelecimento da nova urbe ali. A despeito disso, a aparente solução para o impasse da transferência foi construir uma nova capital na Chapada do Corisco⁷, que distava apenas cerca de seis quilômetros da região da referida vila. (CHAVES, 1998).

O próprio Antônio Saraiva, a quem se atribui a efetivação da mudança da capital, tinha ciência da insalubridade dessas regiões ribeirinhas, pois explicitou no relatório de governo de 1852 que se o local antes escolhido, no caso, as margens do rio Poti, “[...] for censurado por [ser] insalubre, apesar do que se ha observado, deixe-se de mudar a Capital; porque as margens do Parnahiba não tem a salubridade de nossos altos sertões”. (PIAUHY, 1852, p. 35). Pode-se dizer, então, que esses foram alguns dos primeiros sinais da relação entre as doenças e as águas que banhariam Teresina.

As doenças relacionadas a água são diversas e foram costumeiramente associadas à ausência de acesso à água potável, saneamento básico e condições de higiene. Caroline Faveri (2013) conceituou tais enfermidades como doenças de transmissão hídrica⁸.

⁷ A região onde hoje se encontra Teresina era assim chamada por causa da grande quantidade de raios que caíam nos períodos chuvosos. (SANTOS; MARINHO, 2021).

⁸ É comum que as patologias ocasionadas pela presença de toxinas, produtos químicos, agrotóxicos, metais pesados, entre outros, também sejam incluídas na mesma categoria de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar - DTHA. Todavia, para fins desse trabalho, será levado em conta a definição de Caroline Faveri (2013), que considera as referidas doenças como moléstias de origem hídrica e não de veiculação ou de transmissão hídrica, pois são ocasionadas pela alteração do teor de substâncias encontradas na água. Logo, não são consideradas aqui as enfermidades provocadas por fontes de águas contaminadas com produtos agrícolas, esgotos industriais, resíduos plásticos, de mineradoras e hospitais.



Segundo a autora, essas são moléstias ocasionadas por microrganismos patógenos que chegam ao corpo humano por meio do consumo do líquido, bem como de alimentos, contaminados com excrementos de animais e de pessoas. Dessa forma, as moléstias mais comuns são as gastroenterites, diarreias agudas, febre tifoide, cólera, hepatite A, verminoses, esquistossomose, tracomas, entre outras. O Centro de Vigilância Epidemiológica de São Paulo (2009, p. 1) aponta ainda que “[...] incluem-se também na lista de doenças de transmissão hídrica, aquelas causadas por insetos que se desenvolvem na água”.

Grande parte das moléstias supracitadas se manifestavam em território teresinense durante a segunda metade do século XIX e primeira do século XX. Isso porque o líquido utilizado para consumo doméstico em Teresina era proveniente do rio Parnaíba e dos corpos fluidos presentes em seus arredores e não havia mecanismos de tratamento e descontaminação da água a ser ingerida. (SANTOS, 2021). Eram em fontes como essas que os moradores ribeirinhos tomavam banho, lavavam as roupas, enchiam os potes e vasilhames e saciavam os animais.

No período de inverno, quando as chuvas faziam desaguar no Parnaíba as águas de seus afluentes, o cotidiano dos ribeirinhos tornava-se ainda mais desafiador, pois o líquido proveniente do curso d’água ficava “[...] quasi côr de sangue, pelo muito barro vermelho de que se impreguina”. (PIAUHY, 1854, p. 14). Por isso, nos primeiros anos da cidade, houve tentativas de amenizar a dependência do rio por meio da abertura de poços. Na Praça da Constituição, atualmente conhecida como Praça da Bandeira, foi criado um poço com “[...] o diâmetro de 20 palmos e 32 de profundidade [que] deo excelente auga potavel”. (PIAUHY, 1854, p. 14). Em 1859, José Mariano Lustosa do Amaral, Vice-Presidente da Província do Piauí, informou que decidiu suspender a abertura de uma segunda perfuração, desta feita, na região Norte, por causa altas das despesas do empreendimento e do pouco progresso percebido até então. (PIAUHY, 1859).

Nota-se com isso, que havia uma preocupação em torno da procedência da água ingerida, haja vista que tal fator possui grande influência na qualidade de vida e na saúde populacional. A ingestão do líquido contaminado era o motivo do surgimento de várias moléstias que grassavam por toda a região do Piauí, sendo que nos fins do século XIX e início do século XX as mais recorrentes eram as diarreias, verminoses e as gastroenterites,



que costumavam ser fatais sobretudo nos primeiros anos de vida. (MARINHO, 2019). Além dessas, episódios de cólera também foram registrados, embora em menor frequência e nos meses chuvosos o número de enfermos se elevava devido ao aumento das ocorrências de surtos de impaludismo e outras doenças transmissíveis através da picada de mosquitos. (SANTOS, 2021).

Deslocados para as beiras, as famílias sofriam não apenas pela incidência de enfermidades, mas sobretudo com a ineficiência da assistência hospitalar e com a carência de serviços de saúde estruturados e regulares. Segundo Joseanne Marinho (2017), com a transferência da sede administrativa da Província, o Hospital de Caridade de Oeiras, fundado em 1849, passou a funcionar em Teresina. A instituição foi cedida em 1861 para a Santa Casa, recebendo o nome de Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. A situação da saúde na capital, assim como nas demais regiões do Piauí, não sofreu grandes alterações nas décadas seguintes, haja vista que, apesar de algumas iniciativas, como a criação da Diretoria de Saúde Pública, em 1898, o governo só passou a se responsabilizar pela instalação e manutenção do setor da saúde a partir de 1930. (NERY, 2021; MARINHO, 2018).

A precariedade nos serviços de assistência hospitalar aliada ao medo de enfermidades mais graves, como a febre amarela, cólera e varíola, fazia com que mesmo os governadores apelassem para a proteção divina ou atribuíssem à ela os tempos de calma. Em 1858, Frederico D'Almeida e Albuquerque, afirmou que “O flagello da epidemia [febre amarela], que ha reinado na mor parte do Imperio, que ha feito tantas victimas, e causado tão graves males, até o presente ainda não invadida está Provincia, graças á Divina Providencia.”. (PIAUHY, 1856, p. 17). Todavia, em setembro de 1862, a doença chegou em Teresina fazendo cerca de seis mil vítimas. (PIAUHY, 1862, p. 6).

No ano de 1866, foi a vez da epidemia de varíola provocar medo na população da capital, que até então, vinha sendo acometida pela “varíola discreta” ou “varicella”, consideradas mais brandas (PIAUHY, 1866a, p. 19). A bexiga, como também era chamada, foi apenas mais uma das doenças introduzidas pelo litoral brasileiro com a chegada dos portugueses. (VAINFAS, 2020). No Piauí, a preocupação dos poderes públicos com a eminência dessa moléstia infectocontagiosa era manifestada frequentemente nos documentos, assim como as medidas tomadas para a proteção dos piauienses e, sobretudo,



para evitar a moléstia que invadisse a capital. De acordo com o Presidente da Província, Franklin Americo de Menezes Doria, o baixo número de vítimas fatais foi graças à campanha de vacinação e sem isso os “[...] estragos naturalmente teriam sido mais consideráveis”. (PIAUHY, 1866a, p. 19). Mas, ainda assim, ele afirmou que:

[...] o obituario geral dos bexiguentos na capital, calculado pelas inhumações feitas no cemiterio publico, compreende, até o fim de junho, 118 pessoas, das quaes 83 faleceram no ano passado [1865] e as mais no corrente ano, e pertenciam ao sexo masculino 61 e ao feminino 57. (PIAUHY, 1866a, p. 20).

O Presidente Franklin Doria pontou ainda que Teresina tinha cerca de “8:000 almas” nesse período e que era provável que o número de mortes fosse maior, tendo em vista que não estavam inclusos nas estatísticas os dados dos subúrbios. Apesar disso, considerou que a vacinação foi promissora, pois o número de mortes registradas oficialmente foi baixo. Além da capital, a doença grassou em Parnaíba, Oeiras, São Gonçalo, Barras e em outras regiões da província. No decorrer da primeira metade do século XX, a varíola continuou sendo um problema. Os surtos da doença eram constantes até o final da década de 1920 e os episódios frequentes exigiram dos governos estaduais e municipais o empreendimento de rigorosas medidas de higiene, estratégias de vacinação e a criação de meios para atender a população acometida, conforme aponta Ana Karoline Nery (2021).

Outra moléstia que gerou grande temor no Piauí foi o cólera. Entre os anos de 1861 e 1863 a doença fez muitas vítimas na província. Os piauienses oitocentistas tinham muito medo da doença, pois seus sintomas eram devastadores. (BAPTISTA, 2018). Quando não tratados rapidamente e de maneira adequada, a diarreia, os vômitos, as dores abdominais, a desidratação, as câimbras poderiam gerar graves complicações ou mesmo causar a morte. No afã de conter a doença, a criação de locais de isolamento, constava entre as principais iniciativas, assim como a distribuição de remédios e de alimentos de primeira necessidade para as pessoas que pertenciam aos segmentos mais empobrecidos. (ARAÚJO, 2010; PIAUHY, 1866b). Em Teresina, foi cogitado a criação de um cemitério provisório, tendo sido inclusive providenciado a limpeza de um terreno para tais fins. (BAPTISTA, 2018).



Além dessas epidemias, era comum encontrar entre as enfermidades que atingiam os beiradeiros teresinenses os surtos de doenças sazonais, como o impaludismo, ou malária, e outras febres que grassavam “[...] principalmente nas margens dos rios, accommettendo de preferencia as pessoas ainda não aclimatadas”. (PIAUHY, 1914, p. 19). Geralmente, tais enfermidades ganhavam menos destaque nos relatórios, pois se manifestavam de forma endêmica e muitas vezes eram consideradas benignas. (PIAUHY, 1890). Todavia, os moradores ribeirinhos sofriam com os sintomas e sequelas provocados por essas patologias, que em alguns casos, chegavam a levar o enfermo a óbito.

Outro fator que aumentava as chances de surtos endêmicos e epidêmicos era o transporte fluvial visto que a movimentação de pessoas no cais, o desembarque de gêneros alimentícios e o armazenamento deles nos depósitos próximos ao rio, aumentava a quantidade de lixo na cidade, o que poderia atrair a presença de roedores transmissores de doenças. Além disso, a interligação entre os portos fluviais e marítimos facilitava a chegada de moléstias em Teresina.

Alguns ofícios da Companhia de Navegação revelam que no século XIX pessoas enfermas eram transportadas nas embarcações com destino à capital, a fim de realizar tratamentos de saúde. (PIAUHY, 1860). Anos depois, em 1914, quando a varíola novamente grassa no Piauí e chega na capital, os vapores aparecem como possíveis veículos da doença, haja vista que foi enfatizado que a moléstia chegou por meio do vapor Pará, que transportou um bexigoso. (PIAUHY, 1914). E em 1919, foi a vez da gripe espanhola chegar em Teresina por meio de embarcações como essa. (SCHWARCZ; STARLING, 2020). Assim, a questão da salubridade, tanto em terra firme quanto nas embarcações, era cara aos governantes e autoridades sanitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teresina foi planejada e construída para ser uma cidade moderna. No afã de supostamente garantir essa imagem e a salubridade da cidade, pois logo ficou evidente que não possuía, iniciou-se um processo de retirada dos pobres do Centro urbano ainda no século XIX. Com isso, essas pessoas foram direcionadas para as planícies inundáveis do rio, sofrendo um processo de segregação urbana. Porém, por mais que as tentativas de



afastamento do quadro de pobreza não tivessem sido poucas, os resultados não foram condizentes com o que se esperava.

As ribanceiras do rio Parnaíba eram inapropriadas para a habitação, tendo em vista a quantidade de lagos, lagoas, córregos, riachos e outros cursos d'água que dificultavam as construções nesses espaços. Mas ainda assim, expulsos do Centro e sem local para residir, vários teresinenses edificaram suas casas nesses lugares, tornando-os espaços ou lugares praticados. Situadas em locais impróprios, as residências dos beiradeiros pobres estavam sujeitas às enchentes do rio Parnaíba, que ocorriam frequentemente em decorrência dos períodos de chuva. Nesses momentos, os espaços líquidos eram apontados como lugares insalubres e propiciadores de ambientes favoráveis à manifestação de doenças.

No final do século XIX e início do XX, a população teresinense foi frequentemente acometida por moléstias de transmissão hídrica, como as gastroenterites, as desintérias e a cólera, além das doenças transmitidas por mosquitos, como o impaludismo e os variados tipos de febres. Além das doenças, essas pessoas enfrentavam diariamente os problemas decorrentes do descaso governamental, da ausência de serviços básicos, como abastecimento de água e coleta de lixo, e das dificuldades em obter assistência médico-hospitalar. Nota-se com isso que o crescimento da capital ribeirinha não ocorreu de forma ordenada e que, novamente, o rio Parnaíba não esteve isento desse processo. Esse contexto viabiliza a compreensão de que as doenças são muito mais do que infortúnios patológicos. Elas apresentam uma dimensão social, que podem ser percebidas no contexto teresinense.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Andrea Rodrigues. Pelas tramas do urbano: ideias normatizadoras na Teresina oitocentista. **Contraponto** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 6, n. 2, jul./dez. 2017.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2010.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. O inimigo vem do mar: cólera, medo e morte no litoral piauiense no final do século XIX. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 7, n. 2, mai-ago. 2018.

BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. **O Parnaíba: contribuição para a história de sua navegação**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1978.



CENTRO de Vigilância Epidemiológica de São Paulo. **Doenças relacionadas à água ou de transmissão hídrica**: perguntas e respostas e dados estatísticos. Informe Técnico. São Paulo, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. V. I. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FAVERI, Caroline. Saneamento e epidemiologia ambiental: doenças de veiculação hídrica. In: IX Fórum Ambiental da Alta Paulista, 2013. **Periódico Eletrônico** [...], v. 9, n. 11, 2013, p. 575-58.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. Teresina: EDUFPI, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. RJ: LTC, 1988.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter Sadia a Criança Sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. 2017. Tese. (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter Sadia a Criança Sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A mãe cuidadosa também enterra seus anjinhos: a mortalidade infantil no Piauí (1889-1945). **Revista TEL**, Irati, v. 10, n.2, p. 154-176, jul./dez. 2019.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852- 1952)**. 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. A doença como objeto da história. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **As Pestes do Século XX**: tuberculose e Aids no Brasil: uma história comparada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 25-44.



NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina, a capital que nasceu sob o signo da modernidade e da pobreza. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011.

NERY, Ana Karoline de Freitas. **Políticas Públicas de Saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2021.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Danielle Filgueiras. **“Rio abaixo, rio arriba”**: a modernização de Teresina nas águas do Parnaíba (1858-1947). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) Universidade Estadual do Piauí – UESPI, 2021.

SANTOS, Danielle Filgueiras; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **As águas levadas pelo rio Parnaíba**: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970). Relatório final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2020.

SANTOS, Danielle Filgueiras; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Em busca da “Terra da Promissão”: o rio Parnaíba no contexto de fundação de uma nova capital para o Piauí (1852-1858). **Humana Res**, v. 1, n. 4, 2021, p. 89 a 109, jan. a ago. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Motriz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

VAINFAS, Ronaldo. A peste das bexigas no Brasil colonial: tragédia histórica ou genocídio? **Brathair**, v. 20, n. 2, 2020.

Fontes primárias

CALDAS, Celso. Malária no Potí Velho – Piauí: relatório de reconhecimento. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. 2, p. 89-100, 1939.

OFFICIOS, **A Imprensa**, anno XV, n. 635, Theresina, 5 de abril de 1880.

PIAUHY, 1852. **Relatório a Assembleia Provincial do Piauhy pelo Exmº Senhor da Província José Antonio Saraiva na sessão aberta em 1º de julho de 1852**. Caxias: Imprensa Oficial, 1852.

PIAUHY, 1853. **Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo Exm.º Senhor, Vice Presidente da Província Luiz Carlos de Paiva Texeira na sessão aberta em 1º de julho de 1853**. Therezina: Imprensa Oficial, 1853.



PIAUHY, 1856. **Relatório do Presidente do Piauí o comendador Frederico D'Almeida e Albuquerque, apresentado á respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinária de 1856.** São Luiz: Imprensa Oficial, 1856.

PIAUHY, 1859. **Relatório com que Dr. José Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da Província ao excelentíssimo presidente Dr. Antônio Correa Couto no dia 24 de Janeiro de 1859.** Therezina: Typ. Constitucional de J. da S. Leite, 1859.

PIAUHY, 1866a. **Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de julho de 1866 pelo Presidente da Província, o Exm. Snr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria.** San'Luiz: Typ. de B Mattos, 1866.

PIAUHY, 1862. **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antonio de Brito Soza Gayozo passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Presidente Dr. José Fernandes Moreira no dia 13 de junho de 1862.** Theresina: Typ. Conservadora, 1862.

PIAUHY, 1854. **Fala com que o Illustrissimo e Exellentissimo Senhor Presidente da Província do Piauí Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854.** Maranhão: Typ. do Observador de F. M. de Almeida, 1854.

PIAUHY, 1859. **Relatório com que o Exellentissimo Vice Presidente Dr. José Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da Província do Piauí ao Excellentissimo Presidente Dr. Antonio Corrêa do Couto no dia 24 de janeiro de 1859.** Therezina: Typ. Constitucional de J. da S. Leite, 1852.

PIAUHY. Governo, 1914. **Mensagem apresentada a Camara Legislativa do Piauí pelo Exm. Sr. Governador do Estado Dr. Miguel de Paiva Rosa no dia 1º de junho de 1914.** Rio de Janeiro: Officinas Gráficas da Liga Maritima Brasileira, 1914.

PIAUHY. Governo 1890. **Officio com que o Exm. Governador Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo passou a administração do Estado do Piauí ao Iº Vice Governador Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá no dia 04 de junho de 1890.** Therezina, 1890.

PIAUHY. Diretoria da Cia. de Navegação a Vapor no rio Parnaíba, 1860. **[Officio] de Firmino Alves dos Santos, Diretor Interino da Companhia de Navegação, ao Presidente da Província, Exmo. Sr. Dr. Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque.** Therezina: [s.n.], 2 mar. 1860. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Caixa da Companhia de Navegação a Vapor no rio Parnaíba.

PIAUHY. Palácio da Presidência. **[Officio] aos membros da comissão encarregada do tratamento dos bexigosos pobres na cidade da Parnahyba. Registro de officios do governo às autoridades sanitárias da Província do Piauí (1866-1868), n. 33.** Therezina: [s.n.], 14 mai. 1866b. Manuscrito. Localização: Arquivo Público do Piauí, Coleção Saúde Pública.